

Esclarecimento 01/09/2020 10:37:56

AO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO GRANDE DO NORTE Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO (SRP) Nº 058/2020-TRE/RN PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO Nº 4685/2020-TRE/RN Prezados Senhores, Com relação ao edital em referência, solicitamos os seguintes esclarecimentos: 1) No TERMO DE REFERÊNCIA, item 1.3.1 NOTEBOOK - TIPO 01 - USO GERAL, é solicitado: "1.3.1.10.3 02 (duas) portas USB 3.1 Tipo-A (01 energizada), 1.3.1.10.4 01 (uma) porta USB 3.1 Tipo-C". Portas USB Energizadas permitem ao usuário carregar dispositivos como celulares e outros aparelhos, mesmo com o equipamento desligado. Devido a porta USB Tipo-C possuir mais opções de utilização como transferências mais rápidas, transmitir vídeo para monitores, função de carregamento de energia do equipamento, etc, alguns fabricantes optaram por fornecer em seus produtos a porta USB Tipo C energizada, pois, a grande maioria dos celulares, e outros aparelhos mais modernos, possuem a conexão USB Tipo C. Diante do exposto, para aumentar a competitividade e economia do certame, entendemos que será aceito notebook com a funcionalidade da porta energizada na USB Tipo-C. Está correto nosso entendimento? 2) No TERMO DE REFERÊNCIA, item 1.3.2 MICROCOMPUTADOR - TIPO 01 - USO GERAL, é solicitado: "1.3.2.6.6 01 (um) conector de: Line-in, Mic-in e Line-out, 1.3.2.6.7 01 (um) conector de: Mic-in e Headphone-out, 1.3.2.6.7.1 Estes devem estar presentes na parte frontal do gabinete, para facilitar o uso de microfones e fones de ouvido." Consideramos que o conector de áudio frontal varia de fabricante para fabricante conforme design de cada produto, para aumentar a competitividade e economia do certame, entendemos que: a. Entendemos que serão aceitos conectores frontais separados para microfones e fones de ouvido. Nosso entendimento está correto? b. Caso o nosso entendimento não esteja correto, entendemos que serão aceitos equipamentos com conectores de áudio frontais separado acompanhados de adaptador de áudio que disponibilize conector único (combo). Nosso entendimento está correto? 3) No TERMO DE REFERÊNCIA, item 1.3.2 MICROCOMPUTADOR - TIPO 01 - USO GERAL, é solicitado: "1.3.2.3 Memória: 1.3.2.3.1 No mínimo de 8GB (oitro) Gigabytes totais, utilizando módulos de pelo menos 04 (quatro) Gigabytes. (...) 1.3.2.3.3 Possuir pelo menos 01 (um) slot de memória livre, após a configuração inicial, para futuras expansões." Considerando que é solicitado no mínimo 8 (oitro) GB instalados utilizando módulos de 4 (quatro) GB, ou seja, 2 pents de 4GB totalizando 8 (oitro) GB, entendemos que os pents deverão estar instalados em modo Dual Channel para melhor performance e possuir pelo menos 01 (um) slot de memória livre, após a configuração para futuras expansões. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento não esteja correto, solicitamos esclarecer. 4) Para os itens 02 e 03, não foi especificado o prazo de atendimento e nem modalidade da garantia, assim entendemos que o mesmo será conforme o atendimento informado e modalidade do item 01, atendimento em 03 dias úteis na modalidade On-site. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário solicitamos esclarecer. 5) Não encontramos no Edital referências quanto a retenção do disco rígido, portanto, entendemos que para este edital a licitante não irá reter o disco rígido. Está correto o nosso entendimento? Caso contrário favor esclarecer. 6) Com relação à instalação física dos equipamentos solicitamos esclarecer: a. Não encontramos no Edital referências quanto à instalação física (ablação) dos equipamentos. Entendemos que a instalação física dos equipamentos (acesso à energia elétrica, tomadas, conexões de internet, bem como a desembalagem e montagem dos equipamentos) será de responsabilidade da CONTRATANTE. Está correto o nosso entendimento? b. Caso nosso entendimento anterior não esteja correto, solicitamos esclarecer como se desenvolverão os trabalhos. Informar o prazo para instalação, o horário e os dias da semana em que as instalações deverão ocorrer. Solicitamos informar, ainda, quais as possíveis localidades de instalação. 7) Sobre faturamento: a. Considerando que a empresa possui matriz e filiais com a mesma raiz de CNPJ, entendemos que o licitante vencedor poderá faturar os equipamentos que são objeto deste Pregão, por qualquer uma de suas unidades (seja matriz, sejam as filiais) e será considerado como participante do Pregão unicamente a PESSOA JURÍDICA da licitante. Por exemplo, faturar Monitores pela Matriz, Notebooks pela Filial 1, Desktops pela Filial 2, considerando para fins de preço de venda os impostos incidentes de cada Estado, bem como na Proposta Comercial informar a unidade de faturamento para cada item. Nosso entendimento está correto? b. Caso o entendimento em relação à questão (a) esteja correto, será necessário o envio de toda a documentação de habilitação de todos as unidades da empresa que participem efetivamente do futuro fornecimento/prestação dos serviços (matriz e filiais)? 8) Entendemos que os certificados e demais documentos autenticados digitalmente através de cartão digital, serão aceitos para fins de comprovação de autenticidade em substituição aos documentos com SELLO REGISTRAL ANALEJO (FUNARREN), especialmente tendo em vista decisão do TCU nº 004.950/2010-DI acerca do assunto. Adicionalmente essa situação se faz relevante como medida alternativa em tempos de COVID-19, de forma a garantir o cumprimento das exigências legais e sem colocar em risco os profissionais da área. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer. 9) Considerando as disposições previstas na Lei nº 13.726/2018 acerca da racionalização dos processos e procedimentos administrativos, neste contexto, questionamos se durante as fases da licitação, serão aceitas por este órgão, os documentos de habilitação e as propostas técnica e comercial assinados eletronicamente pelas licitantes (assinatura digital através da estrutura de chaves pública e privada), que sejam enviados por e-mail quando solicitados pelo Instrumento Convocatório, e assim aceitos como documentos autênticos e originais, sem a necessidade de posterior envio das vias físicas (em papel)? Reitera-se que um documento assinado eletronicamente preenche os mesmos requisitos jurídicos de autenticidade e integridade, inclusive já sendo amplamente utilizado pelo Poder Judiciário. Caso não sejam aceitos por esta Administração, gentileza fundamentar a decisão, face as disposições expressas no sentido de racionalização dos processos e procedimentos administrativos previsto na Lei nº 13.726/2018. 10) No item 4.1 do edital mencionamos: "Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, os licitantes deverão encaminhar, exclusivamente por meio do sistema Conprasnet, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, a proposta com a descrição detalhada do objeto ofertado e no valor unitário para o item, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública." Entendemos que: a. Devido ao limite de caracteres no campo descrição detalhada do objeto ofertado no site do compnasnet, ao cadastrarmos a proposta, podemos apenas apresentar a marca, modelo e fabricante no campo específico do compnasnet, e uma especificação resumida do objeto licitado no campo descrição detalhada do objeto ofertado. Sendo que a descrição completa deverá ser enviada apenas pela licitante detentora da melhor oferta. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor especificar como deve ser a descrição do objeto. b. No momento do cadastro da proposta no portal eletrônico todas as licitantes deverão anexar os documentos de habilitação e a proposta de preços, e também os demais documentos técnicos como: catálogos, certificados e demais comprovações. Nosso entendimento está correto? Caso não esteja, favor esclarecer. 11) Os fabricantes de computadores, assim como as demais empresas com produção nacional, estão inseridos no cenário macroeconômico do país, bem como na economia mundial. Os microcomputadores possuem boa parte de seus componentes internos cotados em dólar. Até mesmo os componentes nacionais, cotados em reais, tem relação direta com a moeda americana, pois, estes itens são constituídos de componentes eletrônicos, como semi-condutores, transistores, circuitos integrados, nanocircuitos, microprocessadores etc, e estes são majoritariamente produzidos na Ásia. Como é de conhecimento comum, a moeda corrente utilizada em transações comerciais internacionais é o dólar. Assim, de uma forma ou de outra, a matéria-prima para produção de microcomputadores sofre alto impacto com a variação do dólar. Considerando que o edital em questão é uma ata de registro de preços de 12 meses, será uma tarefa extremamente desafiadora prever com exatidão o comportamento do dólar durante a vigência do contrato. Diante disso, sabendo que o dólar sofre variações por diversos motivos, desde políticas internas de países com grande peso econômico até intempéries ambientais e que dificilmente um órgão do governo aceita uma solicitação de reequilíbrio econômico em função da variação cambial, os fabricantes, com o intuito de cumprir seus contratos e conseguir manter suas margens de atuação em patamares viáveis, acabam por recorrer a ferramentas de proteção cambial. Por serem ferramentas de proteção cambial, essas ferramentas dependem de informações sobre os fornecimentos. Quantidades e previsão de quando os fornecimentos ocorrerão são muito importantes. Quanto menor o nível das informações obtidas, mais impreciso é o resultado e, como consequência, maiores são os prejuízos, tanto para a empresa, que ao adotar medidas de proteção com base em estimativas imprecisas encarece seus produtos, quanto para o órgão, que acaba por comprar um produto mais caro. Assim sendo, tendo em vista o auxílio mútuo, solicitamos informações a respeito do fornecimento ao órgão, com estimativas de quantidade de máquinas por pedido e quando esses pedidos serão colocados, contemplando a ser efetivamente adquirida da ata e garantindo assim maior economicidade por parte do órgão, bem como sucesso no fornecimento da ata e concretização do contrato. 12) No item 5.5.6.TABELA DE INFRAÇÕES CONTRATUAIS, encontramos como infração LEVE: "Deixar de cumprir o prazo previsto para entrega dos equipamentos, por dia corrido de atraso injustificado" totalizando 1 PONTO. Diante disso, se considerarmos um eventual atraso de 10 (dez) dias, o que aplica-se? Multa de 3% (três por cento) do valor da contratação por item? conforme critérios da tabela presente no item 5.5.5. Realizando um cálculo simples, sabemos que caso o órgão venha a empenhar 100 (cem) unidades do Desktop - Item 2 do Edital, com um valor estimado de R\$ 4.567,48, a multa seria de R\$ 57.550,25 (R\$ 5.57,47 x 420 x 3%), para um atraso de 10 dias, mesmo que o atraso seja de 1 (uma) unidade do total de 100 (cem) computadores empenhados. a. Entendemos que a apuração dos pontos será efetuada mensalmente para a aplicação das multas e após a apuração os pontos não serão acumulados para o próximo mês e assim por diante. Está correto nosso entendimento? Caso nosso entendimento não esteja correto, solicitamos informar como será realizada a apuração dos pontos. b. Entendemos que o valor da multa para casos de atraso, será aplicado sobre o valor do item em atraso e não sobre o valor da contratação. Está correto nosso entendimento? c. Caso nosso entendimento anterior esteja incorreto, favor esclarecer qual será a penalidade para o atraso na entrega seguindo os critérios razoáveis, proporcionais e adequados na definição dos percentuais para aplicação de multa. 13) No Item 8.4 do Edital, mencionamos: "Superada essa etapa, o pregoeiro poderá solicitar ao licitante vencedor, caso julgue necessário, amostras dos itens licitados, no prazo consignado em anexo deste edital, de cuja análise pelo setor interessado dependerá a aceitabilidade da proposta, sendo o respectivo licitante declarado vencedor." Não localizamos no edital e seus anexos, qual será o prazo e demais condições, para os casos em que o pregoeiro poderá solicitar amostras. 14) Conforme Art. 21, parágrafo 4º da Lei 8.666/93 "A licitação é pública e toda e qualquer informação a respeito dela também deve ser pública." E ainda no mesmo artigo "Qualquer modificação no edital exige divulgação pela mesma forma que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas." Diante do exposto solicitamos os seguintes esclarecimentos: a. Entendemos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital serão publicadas no site https://www.comprasnet.gov.br. Nosso entendimento está correto? b. Caso o entendimento anterior não esteja correto, solicitamos que as respostas de esclarecimentos das empresas licitantes e qualquer modificação no edital sejam enviadas nos e-mails: egbertoc@positivo.com.br e tdauareski@positivo.com.br. Qualquer informação sobre os questionamentos deverão ser dirigidas ao Analista de Propostas Egberto Campos e ao Analista Técnico Thiago Duarecki, nos telefones (41) 3312-3693 ou (41) 2118-7495, respectivamente, assim como que a resposta poderá ser enviada por fax no nº (41) 3316-7702 ou nos e-mails: egbertoc@positivo.com.br ou tdauareski@positivo.com.br. Atenciosamente, POSITIVO TECNOLOGIA S.A.

Resposta 01/09/2020 10:37:56

Seguem abaixo as respostas ao seu pedido de esclarecimentos (Informadas pelo setor técnico): "RESPOSTA 1)Não. A porta energizada deverá ser USB 3.1 Tipo-A, conforme edital, pois é o tipo de porta mais utilizada nos equipamentos do Tribunal. Alternativamente, o licitante pode ofertar alternativa equivalente (que será avaliada) que ofereça a mesma funcionalidade, como por exemplo uma porta USB tipo C energizada e um adaptador para USB tipo A; RESPOSTA 2) Sim, o entendimento está correto; RESPOSTA 3) Não está correto o entendimento. Não há exigência de que a configuração seja em dual-channel. O que é solicitado que é o tamanho do módulo individual de memória seja de no mínimo 4GB, mas podendo ser um módulo de 8GB, sem nenhum prejuízo, e que o equipamento, depois de plenamente configurado, possua ainda no mínimo um slot para módulos de memória livre; RESPOSTA 4) Nos casos não previstos no item em específico, valer-se-á o item 1.26.3 do Edital, relativo às garantias dos itens; RESPOSTA 5) Sim, está correto o entendimento; RESPOSTA 6) Sim, está correto o entendimento; (...) RESPOSTA 11) De acordo com o edital, há quantitativos mínimos por pedido (listados na tabela do item 1.8.2). Serão de acordo com a demanda"; Seguem abaixo as respostas ao seu pedido de esclarecimentos (Informadas pelo integrante administrativo): "RESPOSTA 12) a) Sim, a apuração dos pontos é feita por cada solicitação de entrega e não será cumulada para as próximas vezes; b) Sim, o valor da multa será aplicado pelo valor do item em atraso". Seguem abaixo as respostas ao seu pedido de esclarecimentos (Informadas pelo integrante da Comissão Técnico Contábil): "RESPOSTA 7) a) "Os estabelecimentos de uma mesma pessoa jurídica, considerando-se matriz e filiais, estão evidenciados, restritamente ao campo do Direito Tributário/Fiscal, entendimento pacífico e reforçado no Voto do Min. Sub. Marcos Benquer Costa, no Acórdão nº 1593/2019 - Plenário, ao esclarecer que, "Em termos práticos e guardando as devidas proporções, da mesma forma que a distinção entre 'matriz' e 'filial' só tem sentido para fins tributários (responsabilidade tributária), a distinção entre a personalidade jurídica da sociedade empresária e a pessoa física do sócio administrador só tem relevância só a ótica patrimonial (responsabilidade civil)." Nessa ótica, constando dos certames licitatórios, ou mesmo que ausentes, quando um dos estabelecimentos que constituem a pessoa jurídica participa da etapa pré-contratual, todos os demais que a integram estão aptos a executar as obrigações contratuais. Salientando que devem ser observados dois requisitos: "A regularidade fiscal deve ser comprovada em relação àquele que executou o contrato, tendo em vista que esse aspecto é analisado em relação a cada estabelecimento (justamente pela independência tributária existente); " Além disso, apesar de matriz e filial comporem uma mesma pessoa jurídica, a emissão da nota fiscal deve levar em conta o estabelecimento que efetivamente executa o contrato, uma vez que tais aspectos são de natureza fiscal/tributária, campos em que há peculiaridades distintas para cada estabelecimento empresarial. A citação acima pode ser ilustrada pela decisão abaixo: "MANDADO DE SEGURANÇA, LICITAÇÃO, HABILITAÇÃO SOMENTE DA MATRIZ, REALIZAÇÃO DO CONTRATO POR FILIAL, IMPOSSIBILIDADE, ARTIGO 29, II E III, DA LEI DE LICITAÇÕES MATÉRIA FISCAL, DOMÍLIO TRIBUTÁRIO, ARTIGO 127, II, CTN, I - 16/04/2007 p. 178). (...) E, mesmo assim, não há impedimento de que a matriz participe da licitação e a filial execute e emita as faturas, pois a personalidade contratual não está sendo alterada e a empresa pode escolher a melhor forma de se organizar internamente. Ressaltando, que cabe à Administração apenas solicitar a apresentação da regularidade fiscal da filial, bem como verificar eventuais implicações sobre o recolhimento do ISS (se esse tributo for pago a menor pela filial, em respeito ao apresentado nas planilhas de custos no início do certame, solicitando revisão, se for o caso)". Em relação aos demais questionamentos, este Pregoeiro passa a informar: RESPOSTA 7) b) No presente certame não foi exigida documentação de qualificação técnica (atestado de capacidade técnica) ou econômico-financeira. RESPOSTA 8) Está correto o entendimento. RESPOSTA 9) Sim, serão aceitos documentos enviados via Comprasnet ou e-mail devidamente autenticados/assinados digitalmente nos termos previstos na legislação específica e de acordo com o previsto no Edital. RESPOSTA 10) a) Está correto o entendimento. Ademais, caso o licitante não detalhe a marca ou modelo ofertada em sua proposta, essa poderá ser objeto de diligência para esclarecer a proposta quanto a sua adequação ao previsto no Edital; b) Os licitantes poderão sim enviar desde o cadastramento das propostas os catálogos, certificados e demais comprovações do seu produto ofertado. No entanto, caso não o façam, poderá haver diligências para obter tais informações ou até mesmo informações complementares em relação aos documentos já enviados. RESPOSTA 13) Em consonância com o esclarecimento prestado à Empresa DATEN (publicado no Comprasnet e no sítio do Edital. RESPOSTA 10) em 17/08/2020, conforme disciplinado pelo art. 24 e parágrafo único da Lei 9.784, de 29-1-1999: "Art. 24. Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de cinco dias, salvo motivo de força maior. Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo pode ser dilatado até o dobro, mediante comprovada justificação". RESPOSTA 14) a) Sim, está correto; b) Além de publicado no Comprasnet, as respostas aos pedidos de esclarecimentos foram todas respondidas para o e-mail do remetente e publicadas no sítio deste TRE-RN (<http://www.tre-rn.jus.br/transparencia/governanca-e-gestao-de-contratos-e-contratacoes/licitacoes-1/pregoes-eletronicos>).

Manoel Nazareno Fernandes Filho
Pregoeiro